BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

ÁFRICA ANTE AOS SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: REGIMES DE PARTIDO ÚNICO, GOLPES DE ESTADO E MILITARISMO

AFRICA FACING CONTEMPORARY CHALLENGES: SINGLE-PARTY REGIMES, COUPS D'ÉTAT, AND MILITARISM

ÁFRICA SE ENFRENTA A DESAFÍOS CONTEMPORÁNEOS: REGÍMENES DE PARTIDO ÚNICO, GOLPES DE ESTADO Y MILITARISMO

10.56238/bocav25n79-035

Amável Fradique Ngolo
Mestre em Ensino da História
Instituição: Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo
E-mail: ngologalileu@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-8279-3530

Celestino Chiquemba
Bacharel em Ensino de História
Instituição: Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo
E-mail: ccelestinochiquemba@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-3315-2222

António Amaral Paulino Hungulo
Bacharel em Ensino de História
Instituição: Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-9018-642X

RESUMO
O presente trabalho analisou os desafios actuais de África, com enfoque no regime de partido único, nos golpes de Estado e no militarismo no contexto pós-independência. Partindo de uma abordagem histórico-analítica, o estudo procurou compreender as dinâmicas políticas que marcaram a construção dos Estados africanos após a independência, evidenciando as relações entre concentração do poder, fragilidade institucional e intervenções militares. O objectivo geral consistiu em estabelecer a relação entre o regime de partido único, os golpes de Estado e o militarismo nos Estados africanos pós-independência. De forma específica, procurou-se definir os conceitos fundamentais, examinar a evolução histórica destes fenómenos no continente africano e elucidar casos concretos como Angola, Gana, Nigéria e Burkina Faso. Os resultados obtidos indicam que o regime de partido único contribuiu para a limitação do pluralismo político e para a centralização do poder, criando condições que favoreceram a emergência de golpes de Estado. Estes, por sua vez, foram frequentemente protagonizados por forças militares e conduziram, em vários contextos, à institucionalização do militarismo como forma de governação. Assim, confirmou-se a existência de uma relação estrutural entre os três fenómenos, entendidos como parte de um ciclo político recorrente no continente africano.

Palavras-chave: Partido Único. Golpes de Estado. Militarismo.

ABSTRACT
This study analyzed the current challenges facing Africa, focusing on single-party regimes, coups d'état, and militarism in the post-independence context. Using a historical-analytical approach, the study sought to understand the political dynamics that marked the construction of African states after independence, highlighting the relationships between power concentration, institutional fragility, and military interventions. The general objective was to establish the relationship between single-party regimes, coups d'état, and militarism in post-independence African states. Specifically, it sought to define the fundamental concepts, examine the historical evolution of these phenomena on the African continent, and elucidate concrete cases such as Angola, Ghana, Nigeria, and Burkina Faso. The results indicate that single-party regimes contributed to the limitation of political pluralism and the centralization of power, creating conditions that favored the emergence of coups d'état. These, in turn, were frequently carried out by military forces and, in various contexts, led to the institutionalization of militarism as a form of governance. Thus, the existence of a structural relationship between the three phenomena was confirmed, understood as part of a recurring political cycle on the African continent.

Keywords: Single Party. Coups D'État. Militarism.

RESUMEN
Este estudio analizó los desafíos actuales que enfrenta África, centrándose en los regímenes de partido único, los golpes de Estado y el militarismo en el contexto posterior a la independencia. Mediante un enfoque histórico-analítico, el estudio buscó comprender la dinámica política que marcó la construcción de los estados africanos tras la independencia, destacando las relaciones entre la concentración de poder, la fragilidad institucional y las intervenciones militares. El objetivo general fue establecer la relación entre los regímenes de partido único, los golpes de Estado y el militarismo en los estados africanos posteriores a la independencia. Específicamente, buscó definir los conceptos fundamentales, examinar la evolución histórica de estos fenómenos en el continente africano y dilucidar casos concretos como Angola, Ghana, Nigeria y Burkina Faso. Los resultados indican que los regímenes de partido único contribuyeron a la limitación del pluralismo político y a la centralización del poder, creando condiciones que favorecieron el surgimiento de golpes de Estado. Estos, a su vez, fueron frecuentemente llevados a cabo por fuerzas militares y, en diversos contextos, condujeron a la institucionalización del militarismo como forma de gobierno. De este modo, se confirmó la existencia de una relación estructural entre los tres fenómenos, entendida como parte de un ciclo político recurrente en el continente africano.

Palabras clave: Partido Único. Golpes de Estado. Militarismo.

1 INTRODUÇÃO

A África pós-independência enfrentou a difícil tarefa de construir Estados nacionais estáveis, num cenário herdado do colonialismo, caracterizado por fragilidade institucional e diversidade sociopolítica. Neste quadro, muitos países optaram por modelos de partido único como estratégia de unidade nacional e de consolidação do poder político.

Porém, tais modelos, embora inicialmente justificados como instrumentos de estabilidade, acabaram por gerar dinâmicas de exclusão política e concentração de poder. Estas condições favoreceram o surgimento de golpes de Estado, frequentemente protagonizados por forças militares que se apresentavam como agentes de correcção das crises políticas. Consequentemente, o militarismo passou a desempenhar um papel central na governação de vários Estados africanos, influenciando profundamente os processos políticos e institucionais.

Assim, a interligação entre partido único, golpes de Estado e militarismo revela-se como um eixo fundamental para compreender a instabilidade política em África. Longe de serem fenómenos isolados, estes elementos configuram um ciclo de poder que se manifesta de formas distintas em diferentes contextos nacionais. Perante esta realidade, coloca-se a seguinte problema de pesquisa: de que forma o regime de partido único contribuiu para a emergência dos golpes de estado e para a institucionalização do militarismo nos estados africanos pós-independência?

Em função do problema de pesquisa definiram-se os seguintes objetivos:

1.1 OBJECTIVO GERAL

Estabelecer a relação entre o regime de partido único, os golpes de Estado e o militarismo no contexto africano pós-independência, identificando os seus impactos na situação político-social dos Estados.

1.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Definir regime de partido único, golpe de Estado e militarismo, à luz de diferentes correntes teóricas;
- Examinar a evolução histórica destes fenómenos no continente africano, destacando padrões e dinâmicas regionais.
- Elucidar os casos de Angola, Gana, Nigéria e Burkina Faso, evidenciando as especificidades e semelhanças nos processos políticos.

O presente artigo começa por proceder a fundamentação teórica, onde são discutidos os conceitos de regime de partido único, golpe de Estado e militarismo, bem como a relação entre estes fenómenos. Posteriormente, analisa o panorama africano, abordando a expansão dos regimes de

partido único, a emergência dos golpes de Estado e o processo de militarização do poder político. Por fim, dedica-se ao estudo de casos específicos, nomeadamente: de Angola, Gana, Nigéria e Burkina Faso, permitindo uma análise comparativa das diferentes trajectórias políticas no continente.

1.3 METODOLOGIA

Entende-se por metodologia "a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos ambitos da sociedade" (Prodanov & Freitas, 2013, p.14).

O presente trabalho baseia-se numa abordagem qualitativa, de carácter histórico-analítico, centrada na interpretação crítica de fontes bibliográficas. Recorreu-se à revisão de literatura de autores clássicos e contemporâneos das áreas da História e da Ciência Política, tais como Sartori, Huntington, Ki-Zerbo, Mbembe e outros, bem como a obras institucionais de referência como a História Geral da África da UNESCO.

A análise foi estruturada em três níveis: primeiro, a fundamentação teórica dos conceitos centrais; segundo, a contextualização histórica no panorama africano; e terceiro, o estudo de casos específicos (Angola, Gana, Nigéria e Burkina Faso), permitindo uma abordagem comparativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE REGIME DE PARTIDO ÚNICO

Giovanni Sartori, uma das referências clássicas na análise dos sistemas partidários, define o partido único como aquele em que "apenas um partido é permitido, sendo proibida ou inexistente a competição política institucionalizada" (Sartori, 2005, p. 192). Esta definição coloca o foco na ausência de pluralismo como elemento central. No mesmo sentido, o Dicionário de Política coordenado por Norberto Bobbio acrescenta que o partido único "não é apenas dominante, mas exclusivo, absorvendo o Estado e anulando a oposição" (Bobbio, Matteucci & Pasquino 1998, p. 928). Estas definições ajudam, mas são insuficientes se não questionarmos o contexto africano. Sartori escreve a partir de uma matriz europeia, onde o partido único está muitas vezes ligado a regimes totalitários ideologicamente estruturados. Em África, a realidade foi diferente. Como observa Kwame Nkrumah, o partido único foi defendido como "um instrumento necessário para preservar a unidade nacional e evitar divisões tribais" (Nkrumah 1977, p. 55). Aqui surge uma tensão clara: enquanto Sartori vê limitação da democracia, Nkrumah vê um mecanismo de construção nacional.

No entanto, essa justificação funcional não elimina os seus efeitos políticos. Crawford Young argumenta que "muitos regimes africanos de partido único "evoluíram rapidamente para sistemas neopatrimoniais, onde o poder se concentra em redes pessoais e não em instituições" (Young 1994, p.

103). Isto revela um problema estrutural: o partido único, longe de fortalecer o Estado, muitas vezes fragilizou-o, ao confundir partido, governo e líder.

Há ainda uma crítica mais profunda, feita por Jean-François Bayart, que considera que o partido único em África não foi apenas uma escolha ideológica, mas uma adaptação de práticas de dominação herdadas do colonialismo, transformadas em "política do ventre", isto é, apropriação do Estado para fins privados (Bayart, 2009, p. 89). Esta leitura desafia directamente a narrativa justificativa de Nkrumah, pois as evidências históricas mostram que, embora o regime de Partido Único tenha contribuído para alguma estabilidade inicial, criou condições para autoritarismo prolongado, repressão política e, paradoxalmente, instabilidade futura.

2.2 CONCEITO DE GOLPE DE ESTADO

Huntington define o golpe de Estado como "uma intervenção ilegal e súbita de actores estatais, geralmente militares, para substituir a liderança política existente" (Huntington, 1975, p. 194). Esta definição destaca três elementos essenciais: ilegalidade, rapidez e protagonismo interno ao Estado. Por outro lado, Luttwak, descreve-o como "a infiltração de uma pequena, mas crítica parte do aparelho estatal para controlar o resto" (Luttwak 1999, p. 27), enfatizando a dimensão estratégica.

Estas definições são úteis, mas convém ir mais longe. Huntington associa os golpes à fraqueza institucional, argumentando que "em sociedades onde as instituições políticas são frágeis, o exército torna-se o actor mais organizado e, portanto, o mais capaz de tomar o poder" (Huntington, 1975, p. 200). Esta ideia encaixa-se bem no contexto africano pós-independência, onde muitos Estados nasceram sem estruturas políticas consolidadas.

No entanto, há quem discorde desta explicação quase estrutural. Nugent argumenta que os golpes em África não podem ser explicados apenas pela fraqueza institucional, mas também por "conflitos internos nas elites e disputas pelo controlo dos recursos do Estado" (Nugent 2004, p. 112). Isto desloca o foco da estrutura para a agência, ou seja, para os interesses concretos dos actores. Uma leitura ainda mais crítica vem de Achille Mbembe, que interpreta os golpes como parte de uma lógica de poder onde a violência é normalizada, afirmando que "o acesso ao poder em muitos contextos africanos foi historicamente mediado pela força e não pelo consenso" (Mbembe 2013, p. 25). Esta perspetiva obriga-nos a ver o golpe não como exceção, mas como prática inserida numa cultura política específica.

Portanto, o erro comum tem sido tratar os golpes como eventos isolados. Na realidade, eles são sintomas de problemas mais profundos, nomeadamente a crise de legitimidade dos regimes e a incapacidade de gerir conflitos políticos de forma institucional.

2.3 CONCEITO DE MILITARISMO

Segundo Vagts, o militarismo é "a predominância dos valores, instituições e interesses militares na vida política e social de um Estado" (Vagts, 1959, p. 13). Já Finer define-o como uma situação em que "os militares ultrapassam o seu papel profissional e intervêm directamente na governação" (Finer, 1962, p. 24). Estas definições ajudam a perceber que militarismo não é apenas presença militar, mas domínio político. No contexto africano, este fenómeno ganhou particular relevância após os golpes de Estado. Como observa Decalo, "os regimes militares em África tendem a justificar-se como corretivos temporários, mas frequentemente prolongam-se e institucionalizam-se" (Decalo,1990, p. 67).

Por outro lado, uma crítica forte surge novamente com Mbembe, que vê o militarismo como parte de uma lógica de dominação onde o poder se exerce através do controlo dos corpos e da violência, transformando o Estado num aparelho coercivo (Mbembe, 2013, p. 30). Esta interpretação é mais próxima da realidade de muitos regimes africanos, onde o militarismo significou repressão e limitação de liberdades. É preciso não aceitar, facilmente, a ideia de que os militares trazem sempre estabilidade. Em muitos casos, apenas substituíram uma forma de autoritarismo por outra, frequentemente mais violenta.

2.4 RELAÇÃO ENTRE REGIME DE PARTIDO ÚNICO, GOLPES DE ESTADO E MILITARISMO NO CONTEXTO AFRICANO

A relação entre partido único, golpe de Estado e militarismo não é linear, mas também não é aleatória. Há um padrão recorrente que vários autores identificam. Young observa que "os regimes de partido único criaram sistemas políticos fechados que, ao excluir a oposição, aumentaram a probabilidade de contestação violenta" (Young, 1994, p.120). Ou seja, o próprio partido único gerou condições para golpes.

Huntington reforça esta ideia ao afirmar que a ausência de institucionalização política "abre espaço para intervenções militares como forma de resolução de crises" (Huntington,1975, p. 203). Isto liga directamente o partido único ao golpe de Estado. Depois do golpe, o militarismo surge quase como consequência lógica. Como nota Finer, "uma vez no poder, os militares tendem a permanecer, justificando a sua presença pela necessidade de estabilidade" (Finer,1962, p.86). Em África, isso traduziu-se em regimes militares prolongados.

Mas há uma leitura mais crítica e mais profunda. Bayart argumenta que estes três fenómenos fazem parte de um mesmo sistema de poder, onde o controlo do Estado é o principal objetivo, independentemente da forma institucional (Bayart,2009, p. 102). Isto significa que partido único, golpe e militarismo são apenas diferentes fases de um mesmo processo de dominação.

Enfim, podemos dizer que a relação que existe entre eles é que: o partido único fecha o sistema, o golpe rompe-o violentamente, e o militarismo tenta reorganizá-lo sob controlo armado. É um ciclo, não uma sequência isolada.

3 O PANORAMA AFRICANO SOBRE PARTIDO ÚNICO, GOLPES DE ESTADO E MILITARISMO

3.1 EXPANSÃO DOS REGIMES DE PARTIDO ÚNICO APÓS AS INDEPENDÊNCIAS

A formação dos Estados africanos independentes, sobretudo entre finais da década de 1950 e meados da década de 1970, ocorreu num contexto histórico particularmente complexo. Segundo o livro História Geral da África, volume VIII, "os novos Estados africanos enfrentaram simultaneamente o desafio da construção institucional, da integração nacional e da gestão de economias altamente dependentes das estruturas coloniais anteriores" (UNESCO,2010, p. 63). Esta combinação de factores levou muitos governos a adoptarem o regime de partido único como solução política. No plano teórico, esta opção foi defendida como forma de evitar a fragmentação política. Kwame Nkrumah argumentava que o multipartidarismo, em sociedades recém-independentes, poderia "reproduzir divisões artificiais e comprometer a unidade nacional" (Nkruma,1977, p. 48).

No caso da Tanzânia, Julius Nyerere desenvolveu uma abordagem diferente, baseada no socialismo africano (ujamaa), onde o partido único deveria funcionar como instrumento de mobilização social e não apenas de controlo político. Nyerere defendia que a democracia africana deveria ser "participatory and communal, rather than competitive in the Western liberal sense" traduzido em português "participativa e comunitária, e não competitiva no sentido liberal ocidental" (Nyerere, 1968), p. 34).

Contudo, a análise histórica mostra que, na prática, a distinção entre partido e Estado tornou-se progressivamente difusa. Em vários países, o partido único passou a controlar directamente o aparelho estatal, a administração pública e até os mecanismos económicos. Joseph Ki-Zerbo sublinha que "a independência política não foi acompanhada por uma verdadeira democratização das estruturas de poder" (Ki-Zebo, 2006, p. 274).

O livro História Geral da África acrescenta que este processo levou frequentemente à personalização do poder político, onde o líder do partido se confundia com o próprio Estado (UNESCO, 2010, p. 71). Este fenómeno reduziu o espaço de oposição e criou sistemas altamente centralizados. Em termos estruturais, o partido único funcionou como mecanismo de integração política, mas também como instrumento de controlo. A sua eficácia inicial em garantir estabilidade foi, em muitos casos, acompanhada por uma progressiva erosão da participação política.

3.2 EMERGÊNCIA DOS GOLPES DE ESTADO (1960–1980) E PERSISTÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

A partir da década de 1960, a África tornou-se uma das regiões do mundo com maior incidência de golpes de Estado. Segundo a UNESCO, "a fragilidade institucional dos Estados recém-independentes constituiu um dos principais factores explicativos da intervenção militar na política africana" (UNESCO, 2010, p. 89).

Samuel Huntington interpreta este fenómeno como resultado da baixa institucionalização política. Para ele, os golpes ocorrem quando "as instituições não conseguem regular a participação política nem resolver conflitos de forma estável" (Huntington , 1975, p. 201). No entanto, esta leitura estrutural não explica completamente a complexidade africana. Ali Mazrui acrescenta que os golpes também refletem disputas internas pelo controlo do Estado, afirmando que "the State became the principal center of accumulation of power and resources" traduzido em português "o Estado tornou-se o principal centro de acumulação de poder e recursos" (Mazui, 1986, p. 118). Ou seja, o golpe não é apenas resposta à crise, mas também estratégia de acesso ao poder.

Mbembe aprofunda esta análise ao argumentar que a política em muitos contextos africanos se estrutura através de relações de força, onde a violência não é exceção, mas parte do funcionamento do poder (Mbembe, 2013, p. 32). Historicamente, países como Gana, Nigéria, Sudão, Uganda e Congo registaram sucessivas intervenções militares, muitas vezes justificadas como "restauração da ordem". Contudo, estas intervenções frequentemente conduziram a novos ciclos de instabilidade. Nos contextos mais recentes, o fenómeno mantém-se. O Sudão do Sul, apesar de independente desde 2011, tem enfrentado guerras internas prolongadas que demonstram a persistência de fragilidades estruturais profundas. Já o Burkina Faso, com a ascensão de Ibrahim Traoré, evidencia que os golpes de Estado continuam a ser um mecanismo político contemporâneo, especialmente em contextos de insegurança e crise de legitimidade governativa.

Assim, os golpes de Estado não devem ser vistos como fenómeno histórico encerrado, mas como parte contínua das dinâmicas políticas africanas.

3.3 MILITARISMO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER MILITAR

O militarismo africano deve ser entendido como processo histórico de transformação do papel das forças armadas. Segundo Jean-François Médard, "o Estado africano caracteriza-se pela fraca separação entre esfera civil e militar" (Médard, 1991, p. 54).

A UNESCO reforça esta ideia ao afirmar que, em vários países, "os militares passaram de actores de intervenção para estruturas permanentes de governação" (UNESCO, 2010, p. 97). Isto significa que o militarismo não é apenas episódico, mas estrutural. Samir Amin interpreta este fenómeno dentro de uma lógica mais ampla de dependência económica e fragilidade estrutural dos

Estados africanos. Para ele, a militarização do poder político está ligada à incapacidade dos Estados em consolidar economias autónomas e instituições fortes (Amin, 2005, p. 143).

Em países como Uganda sob Idi Amin, Etiópia sob o Derg e Nigéria durante os regimes militares, o poder das forças armadas tornou-se dominante, controlando não apenas o Estado, mas também a economia e a administração pública. Samuel Decalo observa que "os regimes militares africanos tendem a prolongar-se para além da sua justificação inicial de estabilização política" (Decalo,1990, p. 63).

Mesmo quando justificadas como temporárias, estas intervenções frequentemente resultaram na institucionalização de regimes militares com forte controlo político e repressão social.

3.4 TIPOLOGIA DOS CASOS AFRICANOS E PADRÕES ESTRUTURAIS

A análise comparativa dos processos políticos africanos permite identificar padrões distintos, embora interligados. Um primeiro padrão corresponde a países onde o regime de partido único evoluiu para intervenção militar directa. Nestes casos, a concentração de poder político gerou tensões que culminaram em golpes de Estado, como observado em Gana e em outros países da África Ocidental.

Um segundo padrão corresponde a ciclos repetidos de golpes de Estado, onde não há consolidação institucional. A Nigéria constitui um exemplo claro, com sucessivas alternâncias entre governos civis e militares ao longo do século XX. Um terceiro padrão refere-se à institucionalização do militarismo, onde as forças armadas se tornam parte permanente da estrutura do Estado. Nestes contextos, o poder militar deixa de ser exceção e passa a ser componente estrutural da governação.

A UNESCO sublinha que "a diversidade das trajectórias africanas impede interpretações uniformes e exige análises contextualizadas" (UNESCO, 2010, p. 110). Joseph Ki-Zerbo reforça esta posição ao afirmar que "a história africana é plural e não pode ser reduzida a um único modelo explicativo" (Ki-Zebo, 2006, p. 219). O que se observa, portanto, não é uma sequência linear obrigatória, mas sim um conjunto de padrões recorrentes que variam conforme o contexto histórico, económico e político de cada país.

4 ESTUDO DE CASO: ANGOLA, GANA NIGÉRIA E BURKINA FASO

4.1 ANGOLA: PARTIDO ÚNICO, VIOLÊNCIA POLÍTICA E GUERRA PROLONGADA

O caso angolano exige ser compreendido a partir de uma dupla realidade histórica: a luta de libertação e a guerra civil prolongada. Após a independência em 1975, o MPLA assumiu o controlo do Estado num contexto de conflito armado imediato com a UNITA e a FNLA, o que impediu a consolidação de instituições civis estáveis.

Segundo o livro História Geral da África, "a descolonização africana, em vários casos, foi seguida por conflitos internos que moldaram profundamente a natureza dos novos Estados"

(UNESCO, 2010, p. 214). Angola representa um dos casos mais intensos dessa dinâmica. Agostinho Neto estabeleceu um modelo de partido dominante fortemente centralizado, no qual o MPLA assumia simultaneamente funções políticas e administrativas. Esta fusão reduziu a separação entre Estado e partido, característica típica de sistemas de partido único.

A guerra civil (1975–2002) transformou profundamente o Estado angolano. Christine Messiant observa que "o Estado angolano foi construído sob condições de guerra prolongada, o que consolidou a centralidade do aparelho militar na governação" (Messiant, 2004, p. 88). Um elemento fundamental para compreender Angola é a violência política interna no período pós-independência. Um dos episódios mais controversos é o 27 de Maio de 1977, frequentemente associado à repressão interna dentro do MPLA. Mateus e Mateus afirmam que "o 27 de Maio representou uma purga política de grande amplitude, cujas consequências marcaram profundamente a estrutura do Estado angolano" (Mateus & Mateus, 2007, p. 215).

Embora a designação varie entre autores, o consenso académico aponta para uma forte repressão política nesse período. José Eduardo dos Santos prolongou este modelo de centralização política durante décadas, num contexto em que a estabilidade do regime dependia do controlo das forças armadas e dos recursos petrolíferos.

4.2 GANA: CONSTRUÇÃO DO ESTADO, GOLPE DE 1966 E INSTABILIDADE POLÍTICA

Gana constitui um caso clássico de transição entre projecto pan-africano e instabilidade militar. Após a independência, Kwame Nkrumah procurou consolidar um Estado centralizado, baseado na ideia de unidade nacional e desenvolvimento acelerado. Nkrumah defendia que "a independência política sem unidade económica e ideológica seria incompleta" (Nkruma, 1977, p. 48). Esta visão justificou o fortalecimento d o Convention People's Party (CPP) e a redução progressiva do pluralismo político.

Contudo, em 1966, Nkrumah foi deposto por um golpe militar. Chazan e outros afirmam que "o golpe de 1966 marcou o início de uma fase de instabilidade caracterizada por alternância entre regimes civis e militares" (Chazan, et al. 1999, p. 143). A literatura africana acrescenta que este golpe não pode ser explicado apenas por fatores institucionais. Ali Mazrui argumenta que "os golpes refletem também disputas internas sobre o controlo do Estado e dos seus recursos" (Mazui, 1986, p. 118).

Nugent acrescenta que Gana viveu um processo de "reconfiguração contínua do poder político, onde o Estado se tornou o principal centro de disputa entre elites civis e militares" (Nugent, 2004, p. 97). O caso ganês mostra que a centralização política, quando não acompanhada por instituições sólidas, pode gerar instabilidade estrutural.

4.3 NIGÉRIA: CICLOS DE GOLPES E MILITARISMO ESTRUTURAL

A Nigéria representa um dos casos mais complexos de militarização política em África. Após a independência em 1960, o país entrou rapidamente em crise política, culminando no golpe de 1966. Decalo afirma que "a Nigéria constitui um dos exemplos mais claros de intervenção militar recorrente na política africana" (Decalo, 1990, p. 112). A guerra civil do Biafra (1967–1970) agravou a centralização do poder militar e revelou a fragilidade do Estado nigeriano. O caso de Burkina Faso mostra que o golpe de Estado continua a ser um mecanismo político activo no século XXI, especialmente em contextos de crise de segurança e governação frágil.

A análise dos quatro casos revela padrões históricos distintos:

- Angola: Formação do partido único ligada à guerra prolongada e consolidação do Estado.
- Gana: transição de projecto centralizador para instabilidade militar.
- Nigéria: ciclo recorrente de golpes e militarismo institucionalizado.
- Burkina Faso: continuidade contemporânea dos golpes no contexto do Sahel.

A UNESCO conclui que "as experiências africanas são múltiplas e exigem análises contextualizadas, evitando generalizações simplistas" (UNESCO, 2010, p. 301).

O elemento comum entre todos os casos não é a forma de governo, mas a disputa contínua pelo controlo do Estado em contextos de fragilidade institucional.

5 CONCLUSÃO

Em síntese, o presente trabalho, subordinado ao tema "África ante aos desafios contemporâneos: regime de partido único, golpes de Estado e o militarismo", permitiu analisar criticamente as dinâmicas políticas que marcaram o continente africano no período pós-independência. Partindo dos objectivos definidos, procurou-se compreender os conceitos fundamentais, examinar o seu desenvolvimento histórico e analisar casos concretos. À luz da investigação realizada, pode afirmar-se que os objectivos foram globalmente alcançados, na medida em que foi possível estabelecer relações consistentes entre os três fenómenos estudados.

Com efeito, a análise demonstrou que o regime de partido único, ao restringir o pluralismo político e concentrar o poder, criou condições favoráveis à emergência de crises de legitimidade. Estas crises, por sua vez, abriram espaço para a intervenção militar através de golpes de Estado, frequentemente justificados como mecanismos de correcção política. Em muitos casos, essas intervenções evoluíram para formas duradouras de militarismo, consolidando o controlo das forças armadas sobre o aparelho do Estado.

Retomando a questão de partida de que forma o regime de partido único contribuiu para a emergência dos golpes de Estado e para a institucionalização do militarismo nos Estados africanos

pós-independência? Conclui-se, de forma clara, que o partido único funcionou como factor de fechamento do sistema político, gerando tensões que favoreceram rupturas violentas, enquanto o militarismo emergiu como tentativa de reorganização do poder sob controlo armado. Assim, estes fenómenos não são isolados, mas interdependentes, configurando um ciclo recorrente na história política africana contemporânea.

REFERÊNCIAS

Ake, C. (1996). Democracia e desenvolvimento em África. Washington. DC: Brookings Institution.

Amin, S. (2005). O desenvolvimento desigual. Lisboa: Lisboa: Edições 70.

Bayart, J. F. (2009). O Estado em África: A política do estômago. (M. Sousa, Trad.) Lisboa: Edições 70.

Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). Dicionário de política (Vol. 2). (C. Coutinho, Trad.) Brasília: Universidade de Brasília.

Chazan, N., Lewis, P., Mortimer, R., Rothchild, D., & Stedman, S. (1999). Política e sociedade na África contemporânea. Boulder: Lynne Rienner.

Decalo, S. (1990). Golpes de Estado e governo militar em África. New Haven: Yale University Press.

Finer, S. (1962). O homem a cavalo: O papel dos militares na política. London: Pall Mall Press.

Huntington , S. P. (1975). Ordem política em sociedades em mudança. (J. F. Furtado, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

International Crisis Group. (2023). Segurança e governação no Sahel. Bruxelas: ICG.

Ki-Zebo, J. (2006). História da África Negra. Lisboa. Lisboa: Publicações Europa-América.

Luttwak , E. (1999). Golpe de Estado: Um manual prático São Paulo: Perspectiva.

Mateus, D., & Mateus, Á. (2007). Purga em Angola: O 27 de Maio de 1977. Alfragide: Texto Editores.

Mazui, A. A. (1986). The Africans: A triple heritage. Boston: Little, Brown and Company.

Mbembe, A. (2013). Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona. (S. Nascimento, Trad.) Lisboa: Antigona.

Médard, J. F. (1991). O Estado em África: poder e informalidade. Paris: Karthala.

Messiant, C. (2004). A Angola pós-colonial. Paris: Karthala.

Nkruma, K. (1977). Consciencialismo. Lisboa: Edições 70.